

Sarney reage contra a "desobediência"

12 JAN 1987

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente José Sarney deu, na última sexta-feira, uma dura resposta aos empresários que pregaram a "desobediência civil" ao congelamento de preços.

"Os dirigentes empresariais, num momento que se procura consolidar o Estado de direito no Brasil, o regime da lei, pregam a desobediência civil, a anarquia e passam a ser aliados daquela coisa do século passado, que é aliado do Bakunin" (Mikail A. Bakunin, líder anarquista russo que descartava qualquer subordinação das relações humanas ao Estado).

Na mesma linha da declaração do presidente da República, feita no programa "Ao pé do rádio", o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ameaçou com o corte de crédito aos empresários que praticarem aumentos de preços fora do realinhamento que está em gestação no Conselho Interministerial de Preços (CIP):



José Sarney

Na reunião que Funaro teve na última quarta-feira, com as lideranças empresariais, ele se dirigiu ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, com "dureza" e ameaçou tomar providências legais contra a prática do aumento de preços não oficializado pelo CIP.

"As empresas que estão praticando aumentos de preço, antecipando-se ao realinhamento, correm o risco de perder créditos oficiais", avisou o ministro da Fazenda, em entrevista coletiva na sexta-feira.

Nesta segunda-feira, às 9 horas da manhã, o presidente José Sarney preside a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) de seu governo, para avaliar a conjuntura econômica de preços, salários e juros e aprovar um programa de investimentos públicos nos setores industriais e de insumos básicos.

No bolo dos recursos oficiais que financiarão os projetos de investimento tanto públicos quanto privados, constam CZ\$ 120 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e um orçamento de investimentos da ordem de CZ\$ 80 bilhões para este ano do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ainda nesta semana o presidente José Sarney reúne-se com todos os governadores eleitos — que se encontrarão também com o ministro Funaro, que, em seguida, terá um encontro com as lideranças do PMDB e PFL. Existe a possibilidade de serem aprovadas "medidas duras"

e eficazes" na área de preços e juros, segundo relatou o senador Carlos Chierelli, líder do PFL, que esteve com Funaro na sexta-feira pela manhã. Mais tarde, falando à imprensa, Funaro não desmentiu o senador, disse apenas, indagado sobre a possibilidade de um elenco de medidas, "eu espero. Espero".

Na reunião do CDE, o realinhamento de preços e o disparo do gatilho salarial serão cuidadosamente examinados, mas não é seguro que desse encontro saiam decisões concretas. A tendência, no Ministério da Fazenda, é tentar adiar o disparo do gatilho para outra ocasião, de modo que não seja acionado diversas vezes em função do realinhamento de preços. Uma hipótese é a concessão de um abono salarial, inferior a 20%, que corrigiria os salários em decorrência da inflação gerada pelo realinhamento de preços, postergando-se o gatilho por alguns meses.

Funaro não descarta a possibilidade do abono salarial. Ele garantiu que "preços e salários devem subir juntos" e ponderou que "o abono é uma forma de reajuste".